

Jane Clarice Severo Garcia

**QUAL O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NA  
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA  
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado no curso de Pedagogia da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciado em  
Pedagogia.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Sylvia  
Cardoso Carneiro

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Garcia, Jane Clarice Severo

QUAL O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA? / Jane Clarice Severo Garcia; orientadora, Maria Sylvia Cardoso Carneiro - Florianópolis, SC, 2016. 59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Graduação em Pedagogia.

Inclui referências

1. Pedagogia. 2. A presente pesquisa tem como objetivo discutir o papel das instituições especializadas, particularmente as APAEs, na implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Tem como foco identificar concepções e práticas pedagógicas desenvolvidas nestas instituições. . I. Carneiro, Maria Sylvia Cardoso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

Jane Clarice Severo Garcia

**QUAL O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NA  
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA  
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e adequado para a obtenção do título de “Licenciado em Pedagogia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de abril de 2016.

---

Prof. Dr. Jéferson Silveira Dantas  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Maria Sylvia Cardoso Carneiro  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dayana Valéria Folster Antônio Schreiber  
Membro

---

Prof. Márcia de Souza Lehmkuhl  
Membro



## AGRADECIMENTOS

Inúmeras são as pessoas que gostaria de agradecer. Foram tantas as contribuições durante o período da minha formação acadêmica que tenho receio de deixar alguém de fora.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pois sem o seu consentimento e auxílio nada disto estaria acontecendo.

A minha orientadora Professora Dra. Maria Sylvania Cardoso Carneiro o meu mais profundo agradecimento. Sem a tua orientação sei que não teria conseguido a conclusão do meu trabalho. Muito obrigada pela paciência que dispensou para mim, pelas palavras de incentivo, pela disponibilidade de tempo que reservava para me orientar sempre com muita atenção, me acalmando nos momentos de preocupação e ansiedade. Minha eterna gratidão.

Quero agradecer as duas pessoas mais importantes da minha vida, Róbson Severo Garcia e Gabriel Garcia meus amados filhos. Obrigada por me darem força, pela grandeza do amor de vocês, pelas alegrias e carinho que dispensam a mim. Amo vocês!

Agradeço ao meu esposo Robson R. C. Garcia, também uma pessoa importante em minha vida, sei que a minha vitória é também um pouco tua, sei que ficas feliz por mim. Muito obrigada pelo apoio prestado, pela paciência e alegrias.

Meu muito obrigada as minhas cunhadas Rosalba Maria Cardoso Garcia e Maria Helena Michels, pelo encorajamento que sempre me deram, pelas nossas conversas. Tenho uma enorme admiração, respeito e gratidão por vocês.

A minha querida mãe Aline dos Santos Severo que sempre quis que eu continuasse meus estudos, mesmo com um pouco mais da idade normal eu consegui realizar o sonho de fazer um curso superior. Amo a senhora! Agradecer ao meu pai José de Lima Severo que está no Plano Espiritual pelo seu carinho e amor, e sei que está muito orgulhoso de mim. Saudades! Amo o senhor!

Agradeço a todos os familiares que mesmo longe sempre me deram o estímulo que precisava para continuar meus estudos, sempre me perguntado como eu estava me saindo na universidade.

Quero agradecer do fundo do meu coração a minha dupla de estágio Giovanna Guerra que sempre esteve do meu lado, nas horas fáceis e nas horas mais difíceis, que teve a decisão de me convidar para ser sua dupla de estágio. Quando eu menos esperava vinha ela com

aquele abraço de urso, quase quebrando meus óculos. Amizade que vou levar para o resto da vida.

Agradecer também as minhas amigas Maria Aparecida Pinheiro que com o teu exemplo e encorajamento voltei a estudar. E Maria Herondina Coelho que sei que sempre me colocou em suas preces. Obrigada amigas! Também um agradecimento especial a prima Nara Paz Pretto que me telefonava nos momentos que eu mais precisava de uma palavra amiga, só eu sei o quanto bem me fazias. Agradecer também a Livia Girardi e Mariana L. D. Lopes, saibam amigas que vocês sempre foram muito importantes para mim. Gostaria de agradecer ao meu mais novo amigo Thiago Evangelista, tu escreveu um dia que eu tinha sido um achado para ti, mas eu é quem te digo, tu é que és um achado para mim. Muito obrigada meu querido amigo.

Gratidão a todos que fizeram parte desta caminhada! E a todos os professores, professoras, as coordenadoras entrevistadas e a banca que foram responsáveis pelo meu crescimento acadêmico. Sintam-se todos abraçados..

GARCIA, Jane Clarice Severo. **Qual o papel das instituições especializadas na política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva?** Florianópolis, UFSC, 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Curso de Pedagogia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016





## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir o papel das instituições especializadas, particularmente as APAEs, na implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Tem como foco identificar concepções e práticas pedagógicas desenvolvidas nestas instituições. Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista com duas coordenadoras responsáveis pelo SAEDE – DM de duas APAEs da Grande Florianópolis. Inicialmente fizemos apontamentos históricos de como foram criadas as primeiras Instituições Especializadas de Educação Especial no Brasil, principalmente a criação das APAEs. Foram verificados documentos nacionais e do Estado de Santa Catarina para entender como a política nacional de perspectiva inclusiva está sendo adotada nestas instituições, principalmente o Serviço de Atendimento Educacional Especializado da Área de Deficiência Mental (SAEDE – DM). A partir das entrevistas com as coordenadoras, é possível ver com clareza o trabalho pedagógico realizado nestas instituições, mais precisamente no SAEDE – DM. Pude perceber que as duas APAEs oferecem um serviço dentro das exigências e regulamentações previstas tanto na política nacional quanto na estadual. Mesmo cumprindo o que está previsto nos documentos oficiais, permanece a pergunta: As instituições especializadas contribuem realmente para uma educação na perspectiva inclusiva? Os resultados obtidos com as entrevistas refletem apenas concepções e práticas de instituições especializadas. Considero fundamental conhecer também o trabalho realizado nas escolas de ensino regular.

**Palavras-chave:** Instituição especializada. Política de Educação Especial. SAEDE – DM.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
ANPED - Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação.  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEB –Câmara de Educação Básica  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
DPEE – Diretoria de Políticas de Educação Especial  
EE – Educação Especial  
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial  
FENAPAES – Federação Nacional das APAEs  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
GEEP – Grupo de Estudos sobre Educação Especial  
GEPETO – Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho  
GERED – Gerencia Regional de Educação  
INEP –Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC – Ministério da Educação  
NARC – National Association for Retarded Children  
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola  
PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
SAEDE-DA – Serviço de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Auditiva.  
SAEDE-DM – Serviço de Atendimento Educacional Especializado para a Área da Deficiência Mental  
SAEDE-DV – Serviço de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Visual  
SAEDE-TGD – Serviço de Atendimento Especializado na Área de Transtornos Globais do Desenvolvimento  
SAESP – Serviço de Atendimento Especializado  
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SciELO – Scientific Electronic Library Online

UEL – Universidade Estadual de Londrina  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos  
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
TCC -Trabalho de Conclusão de Curso



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	15
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	21
2.1 Apontamentos históricos sobre as instituições de educação especial no Brasil .....	21
3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: CONTRIBUIÇÕES DO SAEDE-DM PARA A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL .....	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
5 REFERÊNCIAS .....	55
6 APÊNDICES .....	57



## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é discutir o papel das instituições especializadas, particularmente as APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais), na implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para a escolarização de alunos com deficiência intelectual. Tem como foco identificar concepções e práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições especializadas e verificarse tais concepções e práticas contribuem para a implementação da perspectiva inclusiva presente na Política Nacional de Educação Especial, mais especificamente para a escolarização de crianças e jovens com deficiência intelectual.

Meu interesse pela Educação Especial começou em 2001 quando eu fui trabalhar como acompanhante de um aluno com paralisia cerebral, em sala de aula. Na época ele tinha sete anos e cursava a 1ª série do ensino fundamental em uma escola particular de Florianópolis. Auxiliava o aluno nas atividades propostas pela professora para todos da turma. Ele frequentava a escola regular no período da tarde, e em alguns dias pela manhã tinha atendimento fonoaudiológico e fisioterápico. Essa experiência foi de extrema relevância em minha vida e de alguma forma me deu coragem de enfrentar o concurso vestibular na UFSC. De alguma maneira me impulsionou a estudar sobre Educação Especial e sobre as políticas públicas de inclusão escolar.

Dez anos depois (2011) entro na Universidade Federal de Santa Catarina para cursar Pedagogia. Na Universidade, no 1º semestre de curso, tomo conhecimento e passo a participar dos grupos de estudos GEEP (Grupo de Estudos sobre Educação Especial) e GEPETO (Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho) e junto ao projeto de pesquisa de abrangência nacional: *A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros*, coordenado pela Profª Drª Silvia Márcia Ferreira Meletti, da UEL – Universidade Estadual de Londrina<sup>1</sup>, com bolsa de estudos cedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Este projeto de pesquisa tinha caráter interinstitucional, envolvendo pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso do

---

<sup>1</sup> Pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa no CNPq: Políticas Públicas de Educação e Inclusão.

Sul (UFMS), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Minha participação como pesquisadora na UFSC foi no subprojeto *A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em Florianópolis e municípios de abrangência do Programa Educação Inclusiva – direito à diversidade*<sup>2</sup>. A partir desta pesquisa aumentou o meu interesse pelo tema desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Os objetivos do projeto nacional eram:

- Identificar e analisar as alterações quantitativas referentes ao acesso e à permanência de alunos com deficiência em cinco municípios-pólo, em municípios de abrangência do Programa “Educação Inclusiva: direito à diversidade”, para compreender em que contexto se insere a escolarização dos alunos com deficiência.

- Identificar e analisar os índices de rendimento escolar de alunos com deficiência incluídos no ensino regular nesses municípios.

- Delimitar critérios para a construção de um Sistema de Indicadores Sociais referentes às condições de escolarização da pessoa com deficiência segundo combinação orientada das estatísticas do acesso ao atendimento educacional desta população e de seu rendimento escolar.

Minha participação na referida pesquisa tinha como objetivo específico analisar o papel das instituições de educação especial na política de educação especial de perspectiva inclusiva, no Brasil e, particularmente em Florianópolis. Nossa pergunta guia nesta investigação era: Qual o papel das Instituições Especializadas na Política de Inclusão?

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram feitas análises dos indicadores do censo escolar do INEP referentes às matrículas. Ao mesmo tempo foram feitas também análises dos documentos nacionais e municipais, referentes às políticas de inclusão e de educação especial como um todo. Foi efetuado também balanço de produção acadêmica no portal do SciELO (ScientificElectronic Library Online) e nas reuniões da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Além das análises e do balanço de produção estava previsto também a realização de entrevistas com gestores das instituições

---

<sup>2</sup> O projeto foi coordenado na UFSC pela professora Dra. Maria Helena Michels.



especializadas com o objetivo de compreender como tais instituições vêm tratando a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

A pesquisa foi concluída em 2015, porém eu não cheguei a participar de todas as suas etapas. Optei por me desligar do projeto para me dedicar mais às disciplinas que cursava. Com minha saída do projeto, o objetivo específico referente ao papel das instituições especializadas na política de inclusão não teve continuidade, mas eu permaneci com meu questionamento sobre este papel das instituições especializadas.

No primeiro semestre de 2014, a partir da programação acadêmica da disciplina *Educação Especial: Conceitos, Concepções e Sujeitos*, ofertada na nona fase do curso de Pedagogia, participei de uma visita à APAE de Florianópolis<sup>3</sup>. Como já mencionado anteriormente, meu interesse pela educação especial já estava presente desde a experiência como acompanhante do aluno na escola regular, continuando na minha trajetória como pesquisadora. Assim, tal interesse também se expressa quando vou elaborar meu pré-projeto. Naquele momento fiz um recorte voltado para a educação profissional de jovens e adultos com deficiência intelectual, com a seguinte pergunta: Instituição Especializada: Qual é a sua função na Política de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva no âmbito da Educação Profissional? Mas para a elaboração do TCC retorno ao projeto inicial, que é o que mais me encanta. No momento da visita à APAE voltou toda a minha inquietude, fiquei novamente com a expectativa de compreender algumas questões como: A instituição especializada contribui para a escolarização da criança na escola? Como está sendo feita a conexão entre a instituição especializada e a escola? Será que estes indivíduos estão se apropriando realmente dos conhecimentos trabalhados na escola? Se a perspectiva é inclusiva, como é que ainda há crianças que não estão tendo atendimento especializado dentro da escola e sim fora dela? Se é ofertado o AEE nas escolas, porque ainda assim o aluno com deficiência intelectual precisa ir para o atendimento em centros especializados? Que estratégias estão sendo adotadas para que a inclusão escolar seja realizada? O que está sendo proposto realmente está dando conta desta inclusão?

---

<sup>3</sup> Nesse semestre, cursava a disciplina de Pesquisa em Educação II, da sexta fase, e estava elaborando meu pré-projeto como pré-requisito básico para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia.

Minha trajetória no curso de Pedagogia, marcada por momentos como os acima referidos, me levou a definir o objeto de pesquisa para o TCC: o papel das instituições especializadas na implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Inicialmente em meu projeto de TCC havia o interesse em realizar pesquisa na instituição especializada e na escola regular. Estava previsto como procedimento metodológico a observação do trabalho pedagógico realizado com alunos com deficiência intelectual na instituição especializada e na escola. Estavam previstas também entrevistas com profissionais da instituição especializada e da escola. Porém, diante do curto espaço de tempo para realizar a pesquisa, precisei redimensionar as perguntas e os objetivos.

### **1.1 Objetivo Geral**

Discutir qual é o papel das Instituições Especializadas na implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

### **1.2 Objetivos Específicos**

- Averiguar o que está sendo realizado pela instituição especializada para complementar a escolarização dos sujeitos com deficiência intelectual;
- Perceber a articulação entre escola regular e instituição especializada;
- Identificar contribuições da instituição especializada na aprendizagem escolar dos alunos com deficiência intelectual.

### **1.3 Metodologia**

Para discutir o papel das instituições especializadas na escolarização de alunos com deficiência intelectual em uma perspectiva inclusiva, essa pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa, tendo sido utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Pesquisa bibliográfica sobre a produção acadêmica acerca do tema.

- Pesquisa documental em documentos de políticas de educação especial. Foi definido que a pesquisa documental seria a partir da Constituição de 1988 por ser ela um marco na conquista de direitos sociais no Brasil, dentre elas a educação.

- Entrevistas semi-estruturadas com profissionais responsáveis pelo SAEDE-DM (Serviço de Atendimento Educacional Especializado para a área da Deficiência Mental<sup>4</sup>) ofertados em APAEs de dois municípios da Grande Florianópolis.

---

<sup>4</sup> Desde 2004, no Brasil, o termo *deficiência intelectual* vem substituindo o termo *deficiência mental* (CARNEIRO, 2015). Neste trabalho, utilizo o termo *deficiência mental* apenas ao citar documentos oficiais do Estado de Santa Catarina e também ao me referir às falas das coordenadoras de SAEDE-DM, que utilizam o termo adotado na política estadual.



## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 Apontamentos históricos sobre as instituições de educação especial no Brasil

A educação especial no Brasil tem seu início com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant) e Instituto dos Surdos Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) na cidade do Rio de Janeiro, ainda no período imperial (MAZZOTTA, 1996, p.28). Porém, a exemplo dos internatos presentes na Europa, esses institutos foram se deteriorando.

Segundo Bueno:

Aparentemente, o processo de deterioração dos Institutos parece seguir o mesmo percurso de seus congêneres franceses. Mas há uma diferença fundamental: enquanto os institutos parisienses se transformaram em oficinas de trabalho, seus similares brasileiros tenderam basicamente para o asilo de inválidos.

Essa diferença reflete, por um lado, a pouca necessidade de utilização desse tipo de mão-de-obra, na medida em que uma economia baseada na monocultura para a exportação não exigia a utilização dessa população pelo incipiente mercado de trabalho.

Por outro lado, espelha também o caráter assistencialista que iria perpassar toda a história da educação especial em nosso país (BUENO, 1993, p.86).

De caráter assistencialista, tais instituições foram criadas para dar abrigo e proteção aos desvalidos que não pudessem ser explorados para o mercado de trabalho. A educação especial expande-se lentamente após a proclamação da República. Há também a criação de instituições privadas, com caráter filantrópico, ficando o atendimento dos alunos com deficiência no âmbito da caridade para com estes indivíduos. Com o afastamento do Estado das questões educacionais, o setor privado passa a tomar conta destas questões com a criação de instituições especializadas.

Bueno (1993, p. 94) contextualiza a Educação Especial no início do século XX da seguinte forma:

O percurso histórico da educação especial nesse período se insere no movimento maior de reordenamento do Estado brasileiro, que redundou nas reformas educacionais, trabalhistas, sanitárias e previdenciárias que tinham como objetivo fundamental impedir a participação das camadas populares nas grandes decisões nacionais. Nesse sentido, a determinação científica e neutra da deficiência, principalmente em relação à deficiência mental, contribuiu para o acobertamento das reais determinações para o fracasso escolar por parte das crianças dessas camadas.

Em Canoas, no Rio Grande do Sul, no ano de 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, a primeira instituição privado/assistencial de educação especial no campo da deficiência mental no Brasil.

É neste contexto que a APAE nasce no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, (na época capital do Brasil), no dia 11 de setembro 1954, com a chegada ao país do casal norte-americano Beatrice Bemis e George Bemis, membros da National Association for Retarded Children (NARC), pais de uma menina com Síndrome de Down, prestando apoio aos pais e interessados. Conforme Jannuzzi e Caiado (2013), estiveram presentes cerca de cinquenta pessoas, dentre eles professores, padre, desembargador. Pela designação profissional eram membros de uma sociedade letrada. Com o apoio do Presidente Castelo Branco é adquirido um prédio para ser a sede da APAE. Nos anos seguintes houve a fundação de diversas unidades da APAE por todo o país. A segunda APAE do Brasil foi fundada no estado de Santa Catarina, na cidade de Brusque em 1955.

Jannuzzi e Caiado (2013, p. 32) dizem que:

Organizada pela elite letrada sensível ao problema, nasce institucionalizada, com estatuto e diretoria votada, prevendo uma federação aglutinadora e dirigente, que a partir dos anos de 1960 a vai estruturando burocraticamente.

Ao estudar sobre o surgimento e implementação das APAEs no Brasil, como um movimento de rede paralela à educação regular, Jannuzzi e Caiado (2013, p.3) afirmam:

Entendemos que as organizações sociais surgem como movimentos, agrupamentos, instituições ou associações, num tempo e num lugar, impulsionadas por pessoas sensíveis aos problemas que julgam sem o tratamento adequado do poder estabelecido. Assim, trazem propostas envolvidas na complexidade de suas percepções, fruto do lugar que ocupam na sociedade e de vivências tecidas e entranhadas no contexto social.

Sobre as instituições especializadas, Kassar nos indica que:

[...] as instituições “privadas”, principalmente no setor de atendimento especializado a pessoas com deficiência, apresentam-se na história do atendimento à educação especial como extremamente fortes, com lugar garantido no discurso oficial, chegando a confundir-se com o próprio atendimento “público”, aos olhos da população, pela “gratuidade” de alguns serviços (KASSAR, 1999, p. 22).

Situando historicamente o contexto da criação da primeira APAE no Brasil, Jannuzzie Caiado (2013, p.10) nos dizem que: “A educação popular era precária, com grande número de não alfabetizados, como apontamos, e com pouco atendimento aos excepcionais”. Nos documentos oficiais como a Constituição de 1946 em seu art. 166, estava previsto que: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. Mesmo estando na Constituição o direito de todos à educação, não era dada nenhuma garantia de acesso à escolarização a todas as crianças. Por exemplo, as crianças com deficiência não estavam na escola e não havia ainda nenhuma referência à educação dos excepcionais (termo usado na época). Somente mais tarde com o advento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 1961) é que passam a constar as primeiras referências à educação dos excepcionais em dois artigos.

Art. 88- A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89- Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação, e relativo à educação de excepcionais receberá tratamento especial mediante bolsa de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961).

Segundo Kassar, ao propor atendimento integrado na rede regular de ensino e, ao mesmo tempo, garantir apoio financeiro às instituições, essa lei retira do Estado o compromisso com a educação dos alunos com maior comprometimento, delegando às instituições privadas essa responsabilidade.

No final de 1962, acontece em São Paulo a Primeira Reunião Nacional das APAEs, com a participação de dirigentes de doze APAEs. Nesta data é criada a Federação Nacional das APAEs, (FENAPAES), presidida pelo médico psiquiatra Stansilau Krynski, que era bastante conhecido. Jannuzzi e Caiado (2013, p 11) nos indicam que “durante muito tempo, aí funcionou a FENAPAES, até ser transferida para Brasília, em 1968, com o auxílio do exército militar”<sup>5</sup>. Segundo o presidente da APAE na época, o coronel José Candido Borba, esta mudança facilitaria as relações com os órgãos públicos (JANNUZZI e CAIADO, 2013, p. 11).

Em 1963, no dia 13 de julho, na Assembléia Geral da Federação Nacional, ocorrida no Rio de Janeiro é aprovado o primeiro estatuto e eleição dos dirigentes. Segundo Jannuzzi e Caiado a associação criada como sociedade civil, de natureza filantrópica sem fins lucrativos, muito bem estruturada, tinha o objetivo de promover o bem estar e ajustamento social de pessoas com deficiência que não tinham assistência do poder público, forçando assim uma mobilização comunitária para preencher uma lacuna do sistema escolar brasileiro. Jannuzzi e Caiado ressaltam que “no princípio, sem exigir a responsabilidade do governo constituído e da sociedade em relação ao alunado, mas solicitando apoio financeiro a eles” (2013, p. 33).

Neste estatuto fica acordado que:

Neste primeiro estatuto, a federação apresenta-se como sociedade civil de caráter assistencial e educacional, sem fins lucrativos e com duração indeterminada (art. 2º) para, em âmbito nacional:

---

<sup>5</sup> Naquele momento o país tinha como presidente o general Arthur da Costa e Silva.



assegurar medidas que visem ao ajustamento e bem-estar dos excepcionais, coordenar as diferentes APAEs do país na interlocução com os órgãos públicos, produzir conhecimento, realizar estudos e pesquisas, divulgar informações e publicações, documentação legal dos diversos níveis públicos, formação de pessoal técnico especializado (art.3º). Além disso: realizar campanhas em âmbito nacional para angariar fundos para o auxílio às obras assistenciais em prol dos excepcionais e egressos de estabelecimentos especializados, bem como ao cumprimento das finalidades da federação em geral, solicitar e receber auxílios, doações oficiais ou particulares, arrecadar as contribuições das entidades filiadas (JANNUZZI e CAIADO, 2013, p. 13).

Os textos dos estatutos que se seguiram após 1972 eram mais elaborados e é acrescentado a cultura, a saúde, melhoria da qualidade de vida, desportos e outros, mas sempre de cunho assistencial.

Assim, Jannuzzi e Caiado nos trazem que este primeiro estatuto possuía uma rigorosa organização. Além disso,

A associação visava desenvolver estudos e pesquisas na área, divulgar conhecimento, informar a população, angariar fundos, criar novas instituições e cooperar com outras similares, formar recursos humanos, atuar em parceria com o setor público pelos interesses dos excepcionais, manter relações internacionais, estimular o trabalho artesanal e criar uma agência de empregos (JANNUZZI e CAIADO, 2013, p.8).

No final da década de 1990, documentos foram elaborados pela FENAPAES, pois o país se abria à globalização e o momento necessitava de organizações administrativas mais eficientes, com o propósito de conhecer melhor cada unidade. Com a preocupação de capacitar melhor os dirigentes das APAEs encontradas em todo o território brasileiro, contratam uma empresa para consultoria. São psicólogos e consultores organizacionais, para efetuar recolhimento de dados em diferentes unidades, com o intuito de saber como estas unidades das APAEs lidavam com o atendimento ao deficiente. Pela

dimensão do movimento poderia dar uma contribuição importante no sentido de capacitação e qualificação do atendimento às pessoas com deficiência. Jannuzzi e Caiado (2013, p.35) estudaram os documentos desse período<sup>6</sup>, mostrando que desde sua criação as APAEs sempre tiveram uma preocupação com a sua organização, mas a partir de então começam a se organizar de uma forma mais ampla, sempre buscando a melhoria da qualidade de vida das pessoas deficientes.

Neste momento com o neoliberalismo, o Estado se retira dando espaço para o terceiro setor que vai se ocupando do que seriam de regra obrigações do governo. Com esta retração do Estado vai se legitimando a educação dos deficientes pelo setor privado, reafirmando a manutenção das instituições especializadas.

Na década de 1990, a política nacional de educação especial se articula em uma perspectiva inclusiva. Meletti (2008) se refere a essa década como um marco para a Educação Especial brasileira.

A autora enfatiza sobre este mesmo momento que:

Na linha de materializar a educação para todos e a escola inclusiva, a educação especial passa a ser identificada como uma modalidade de educação escolar a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, a partir da educação infantil e que, apenas em casos excepcionais – aqueles que em função dos comprometimentos do aluno – em que a escola não tiver recursos para o atendimento é que poderá ocorrer em instâncias consideradas especiais: classes ou escolas (MELETTI, 2008, p.3).

Nesse mesmo contexto, em 2001, a FENAPAES publica o documento *APAE educadora – a escola que buscamos: proposta orientadora das ações educacionais*. Tal documento consiste em referenciais para adequação das APAEs às exigências legais e normativas, buscando assumir a educação escolar como eixo do trabalho institucional<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Documentos estudados: Projeto Águia (FENAPAES, 1997); coleção Educação e Ação (FENAPAES, 2001); Planejamento Estratégico 2006/2008 (FENAPAES, 2006 b); Posicionamento do movimento apaeano em defesa da inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual, e múltipla (FENAPAES, 2007); Planejamento Estratégico 2009/2011 (FENAPAES, 2009).

<sup>7</sup> Para uma análise mais detalhada sobre esse documento, ver Meletti (2008).

Meletti (2008) afirma que:

a aparente transformação sustentada pela construção de uma escola na instituição especial esconde a conservação do espaço institucional reiterando sua condição de *locus* social da deficiência mental em nosso contexto. Esta conservação pode ser apreendida na análise do documento por meio da manutenção de três esferas: 1) manutenção da pessoa com deficiência mental no âmbito da filantropia; 2) a indistinção entre reabilitação e educação e o não acesso a processos efetivos de escolarização; 3) manutenção da condição segregada da pessoa com deficiência mental na instituição especial (MELETTI, 2008, p. 15).

Portanto, o movimento de adequação das APAEs, se assumindo como escola, trazendo para si a tarefa da educação escolar, mantém neste lugar os deficientes mentais. Conservando o atendimento educacional e estes indivíduos no âmbito da filantropia, conserva também sua condição de segregados, sem acesso à escolarização formal.

## **2.2 O que dizem os documentos sobre a educação das pessoas com deficiência**

A Constituição Federal de 1988<sup>8</sup>, Título VIII no Capítulo III, Seção I da Educação, nos Art. 205, 206 e 208, prevê que a educação é um direito de todos, com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola:

Art. 205. A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]

---

<sup>8</sup> A Constituição Federal sofreu várias alterações a partir de emendas constitucionais.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988,p 136, p.137).

Nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já há referências ao atendimento educacional aos educandos excepcionais<sup>9</sup> desde a LDB de 1961 (Lei nº 4.024/1961).

Embora não se refira explicitamente à educação especial, a Lei Nº 4.024/1961 passa a fundamentar os direitos dos “excepcionais” à educação como prioridade no sistema regular de ensino conforme já citado anteriormente neste trabalho.

Na década de 1970, a Lei Nº 5.692 (Brasil, 1971) também não se refere explicitamente à Educação Especial, mas traz referências à educação dos alunos com deficiência, como podemos constatar em seu Art. 9º:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) firma o direito ao atendimento educacional especializado em seu Cap. IV, Art. 54, inciso III- “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Na LDB nº 9394 (Brasil, 1996) a educação especial passa a ser uma modalidade de ensino que deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para as pessoas com deficiência, com propostas pedagógicas, com recursos específicos e apoio especializado. Está previsto que os sistemas de ensino também assegurarão currículos e

---

<sup>9</sup> Designação utilizada para se referir às pessoas com deficiência na época.

métodos para o desenvolvimento dos educandos. A partir de 2001, com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, também é assegurado que a educação especial deve ocorrer nas instituições escolares “que ofereçam os níveis, etapas e modalidades da educação escolar previstos na LDB” (BRASIL, 2001, p.41), tanto nas escolas públicas quanto privadas da rede regular de ensino.

Elaborada após a Constituição de 1988, a LDB de 1996 passa a dar um maior destaque à educação pública e gratuita aos educandos com deficiência. Para que esta educação seja plena passou a ser necessário que as escolas se adaptassem para receber estes alunos da educação especial. Conforme podemos ver no artigo citado a seguir, a Educação Especial é ofertada desde a educação infantil, com serviço de apoio especializado sempre que necessário, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação.

§1º Haverá quando necessário serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da Educação Especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º A oferta da Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996) <sup>10</sup>.

Além do reconhecimento da Educação Especial como modalidade de educação escolar a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, a LDB em seu capítulo V prevê que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do

---

<sup>10</sup> As citações da LDB 9.396/96 estão de acordo com a nova redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013 (BRASIL, 2013).

desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menos tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professor do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelam capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Na Resolução CNE/CEB nº 2 (BRASIL, 2001), elaborada após a LDB de 1996 e que define diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, entende-se por Educação Especial:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais,

em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 1).

A modalidade educação especial é definida como uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços educacionais, complementar e suplementar a educação escolar, promovendo o desenvolvimento dos alunos da educação básica que necessitam deste atendimento especial.

A Resolução CNE/CEB Nº2/2001, prevê em seu Art. 2º que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Concorro com Cury, (2013, p. 23) quando ele afirma: “Como se pode perceber, não será por falta de leis e decretos que a educação especial será prejudicada”.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) <sup>11</sup> reafirma a educação especial como modalidade educacional com a função de complementar ou suplementar a escolarização no ensino regular. Define também o público alvo da modalidade Educação Especial: alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Nesse documento, a educação especial é assim definida:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 11).

O objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é:

---

<sup>11</sup> O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi revisado em 05/12/2014, atualizando referências à legislação, os dados estatísticos e atualização do nome da secretaria de SEESP para SECADI.

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; **oferta do atendimento educacional especializado**; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 11, grifos nossos).

Sobre a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, está indicado que:

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e **deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional** (BRASIL, 2008, p.10, grifos nossos).

O Atendimento Educacional Especializado é regulamentado pela Resolução CNE/CEB N°4/2009:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados,



Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

Tanto na Política Nacional quanto na Resolução CNE/CEB nº 04/2009, já há a previsão de que os Centros de Atendimento Educacional Especializado podem ser parceiros na oferta do AEE. Para regulamentar essa possibilidade de oferta do AEE, foi elaborada pelo MEC a Nota Técnica Nº 055 (BRASIL, 2013), que orienta a atuação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da educação inclusiva. O documento indica que:

O Ministério da Educação, por intermédio da Diretoria de Políticas de Educação Especial – MEC/SECADI/DPEE orienta a atuação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado – Centros de AEE, considerando que, na perspectiva da educação inclusiva, as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, especializadas em educação especial, podem ofertar o atendimento educacional especializado, aos estudantes público alvo desta modalidade de ensino, matriculados nas classes comuns de educação básica. Na perspectiva inclusiva, esta atuação deve se dar por meio de orientação das escolas especiais, que objetivam transformar-se em Centros de Atendimento Educacional Especializado [...] (BRASIL, 2013).

No documento está previsto que o poder público deve assegurar às pessoas com deficiência o acesso a um sistema educacional inclusivo, garantindo o acesso ao ensino regular e a oferta de atendimento educacional especializado. A educação especial é reafirmada como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades do ensino regular. Nesse documento, o atendimento Educacional Especializado é definido como um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar. O poder público tem o compromisso de orientar todas estas ações aos Centros de AEE, para garantir a inclusão e o atendimento do público alvo da educação especial.

O documento define também os requisitos para a oferta do AEE por parte dos Centros Especializados. A APAE pode ser conveniada com as Secretarias de Educação para a oferta desse serviço, sempre de caráter pedagógico, conforme abaixo especificado:

- Autorização de funcionamento dos Centros de AEE pelo Conselho de Educação e a previsão dessa oferta no seu regimento e no Projeto Político Pedagógico;
- Efetivação da matrícula dos estudantes público alvo da educação especial no AEE, desde que regularmente matriculados na educação básica, conforme alínea “d” do Parágrafo único do art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 4/2009;
- Prestação de serviços de acordo com as demandas da rede de ensino, definidas a partir da análise e parecer da Secretaria de Educação, responsável pela operacionalização da educação básica;
- Atendimento aos interesses públicos, conforme proposições pedagógicas estabelecidas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008);
- Aprovação do PPP, pela Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, prevendo na parceria o atendimento às escolas urbanas, do campo, indígena, quilombola, nas diversas etapas ou modalidades;
- Disponibilização de recursos financeiros, previstos tanto no âmbito do FUNDEB, quanto no PDDE e PNAE, tendo como base as informações do Censo Escolar (BRASIL, 2013).

Podemos também observar que o documento trata da reorientação das escolas especiais no sentido de transformá-las em Centros de AEE. O documento indica que é preciso que o Centro elabore e aprove um Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo nele definida a oferta do AEE, de forma complementar ou suplementar.

### **2.3 A Educação Especial em Santa Catarina**

Na Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, a educação especial é definida como:

processo interdisciplinar que visa à prevenção, ao ensino e à reabilitação da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, objetivando sua inclusão mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos. Em âmbito educacional, como uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, organizada para apoiar, complementar e suplementar a aprendizagem dos educandos (SANTA CATARINA, 2009a, p. 22).

O Programa Pedagógico (Santa Catarina, 2009b), documento elaborado pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SED), tem o objetivo de traçar as diretrizes dos serviços de educação especial, qualificando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação especial. Está presente no documento que:

Estas diretrizes estão direcionadas à qualificação do processo de ensino e aprendizagem dos educandos com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, matriculados nas escolas da rede regular de ensino, em centros de atendimento educacional especializados ou em escolas especiais mantidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs (SANTA CATARINA, 2009b, p.5).

Tal determinação permitiu que as famílias tivessem o direito de optar por escolas regulares ou centros especializados para a educação de seus filhos com comprometimentos considerados severos. A Política de Santa Catarina diverge da Política Nacional quando abre a possibilidade da família optar pelo espaço de escolarização de seus filhos, ou seja, quando a família opta por um centro de AEE, a educação especial assume um caráter substitutivo e não complementar ou suplementar conforme definido nos documentos oficiais nacionais.

Será abordado neste trabalho o Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE), que é um dos serviços oferecidos

pelo poder público para atender os alunos público alvo da educação especial. Segundo o Programa Pedagógico:

O Poder Público organizará no sistema estadual de ensino, em todas as etapas e modalidades da educação básica, preferencialmente na rede regular de ensino, o Serviço de Atendimento Educacional Especializado-SAEDE, atendendo às peculiaridades educacionais das pessoas com deficiência, com condutas típicas e com altas habilidades, com o objetivo de complementar, apoiar e suplementar o processo de ensino e aprendizagem, não configurando ensino particular ou reforço escolar (SANTA CATARINA 2009b, p.24).

Portanto, o SAEDE caracteriza-se por ser uma atividade de caráter pedagógico, prestado por profissionais da educação especial, voltado ao atendimento das especificidades dos alunos da educação especial matriculados na rede regular de ensino (Santa Catarina, 2009b, p. 25).

Sobre a implantação do SAEDE em Santa Catarina, Ferreira (2011) afirma que até 2010 o Serviço estava implantado em 54 municípios catarinenses, atendendo a 2.018 alunos com deficiência.

No Estado de Santa Catarina, o SAEDE tem a característica de ser organizado por deficiência, divergindo da Política Nacional de Educação Especial que prevê a oferta do AEE em salas de recursos multifuncionais.

Na mesma linha de pensamento que destaca o pioneirismo de nosso Estado na esfera da educação especial, o Programa Pedagógico, referendado pela Política de Estado, transformou ou rebatizou as denominadas salas de recursos em Serviços de Atendimento Educacional Especializados – SAEDEs, designados por sua área de intervenção, com caráter complementar ou suplementar, implantados na rede regular de ensino ou em centros de atendimento especializados mantidos pelas APAEs (PROGRAMA PEDAGÓGICO, 2009b, p.6).

Assim, há o Serviço de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Auditiva – SAEDE-DA, o Serviço de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Visual – SAEDE-DV, o Serviço de Atendimento Educacional Especializado na Área do Transtorno Global do Desenvolvimento – SAEDE-TGD e o Serviço de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Mental – SAEDE-DM. Este último será descrito com mais detalhes por ser o recorte desse trabalho.

Ferreira (2011, p.155) esclarece que até 2009, de todos os SAEDEs previstos na Política de Educação Especial de Santa Catarina e no Programa Pedagógico somente o SAEDE/DA, SAEDE/DM, SAEDE/DV e SAEDE/TDAH/I tinham sido implantados no Estado.

No Programa Pedagógico, o SAEDE também é caracterizado por:

- » ser uma modalidade de atendimento empreendida pela escola no sentido de oferecer o suporte necessário aos educandos com deficiência para o acesso ao conhecimento;
- » possibilitar novas oportunidades ao educando de lançar mão de outros sentidos e experiências, para elaborar o saber escolar, sendo que o professor não deverá repetir os mesmos procedimentos ou atividades que são realizados em sala de aula do ensino regular;
- » ser um conjunto de procedimentos e instrumentos específicos, mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos do aluno com deficiência(SANTA CATARINA, 2009b, p12).

Ao comparar os documentos oficiais em âmbito nacional, é possível verificar que oAEE está previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), na Lei de Diretrizes e Bases (LDB de 1996) e na Resolução CNE/CEB nº4/2009, como um serviço que deverá ser ofertado preferencialmente na escola regular. A Nota Técnica Nº 55 (Brasil, 2013), prevê que este atendimento poderá acontecer tanto na escola regular quanto na instituição especializada como uma ação complementar ou suplementar, mas não substitui a frequência à classe comum no ensino regular.

De acordo com o Programa Pedagógico o:

Serviço direcionado ao aluno com diagnóstico de deficiência mental tem por objetivo qualificar a estrutura do pensamento do educando para o desenvolvimento dos processos mentais superiores, através de metodologias, estratégias e recursos pedagógicos, que possibilitem a apropriação de conhecimento científico(SANTA CATARINA, 2009b, p. 32).

Com relação aos objetivos, estrutura e funcionamento, assim estão no documento Programa Pedagógico:

Objetivo: qualificar as funções psicológicas superiores do educando, para autorregulação de sua estrutura cognitiva, mediante investigação de estratégias pedagógicas que possibilitem avanços no seu processo de aprendizagem.

Elegibilidade: alunos com diagnóstico de deficiência mental frequentando níveis e modalidades do ensino regular.

Estrutura e funcionamento:O encaminhamento de alunos com deficiência mental ao SAEDE/DM somente será realizado mediante avaliação diagnóstica e funcional por uma equipe composta de, no mínimo, um médico, um psicólogo e um pedagogo.

O atendimento deverá ser em grupo e, quando necessário, de forma individual em caráter temporário, conforme a necessidade do educando (SANTA CATARINA, 2009b, p.32).

Para entender como funciona o SAEDE – DM realizei entrevistas com coordenadoras pedagógicas de duas APAEs da Grande Florianópolis, responsáveis pelo serviço. De acordo com o Programa Pedagógico, as atribuições dos Coordenadores de SAEDE/DM são:

- » acompanhar os professores de SAEDE/DM nas orientações aos professores da rede regular e famílias;
- » orientar os professores do SAEDE/DM, semanalmente, em relação ao planejamento e aos relatórios;

- » organizar grupos de estudos entre os professores do SAEDE/DM e do ensino regular;
- » providenciar material didático-pedagógico necessário para subsidiar o trabalho do professor do SAEDE/DM;
- » articular com o SAESP<sup>12</sup> as assessorias para rede regular de ensino;
- » articular assessorias dos demais SAEDEs para orientação aos professores do SAEDE/DM, quanto ao atendimento de alunos com deficiência múltipla (SANTA CATARINA, 2009b, p.34).

Os professores do SAEDE, segundo o Programa Pedagógico devem:

- » promover, sistematicamente, junto à equipe técnica, pedagógica e administrativa da unidade escolar, repasses técnicos referentes ao atendimento;
- » orientar e subsidiar o professor de sala de aula (ensino regular) e a turma na qual o aluno está matriculado;
- » propor intervenções pedagógicas, em sala de aula, que possibilitem a efetiva participação dos educandos no ensino regular;
- » elaborar e executar planejamento de atividades, conforme as especificidades dos alunos;
- » solicitar a colaboração do Integrador de Educação Especial e Diversidade<sup>13</sup>, quando necessário, para a elaboração do planejamento de atividades pedagógicas, relatórios, cronograma de orientação para o ensino regular, avaliações e outras orientações que se fizerem necessárias;
- » registrar as assessorias para rede regular, utilizando a ficha de presença, solicitando sempre a assinatura do diretor e professor da escola

---

<sup>12</sup> SAESP- Serviço de Atendimento Especializado.

<sup>13</sup> Integrador de Educação Especial e Diversidade é uma função gratificada da Estrutura da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial, prevista em Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007. Segundo Ferreira (2011, p.24), o profissional com esta função responde pela educação especial da respectiva GERED (Gerencia Regional de Educação).

orientada, bem como todas as orientações dadas à escola e à família;

» informar a equipe técnica e administrativa da escola do ensino regular quanto às características do Serviço e as peculiaridades dos educandos atendidos no SAEDE;

» participar de reuniões e conselhos de classes na unidade escolar onde o aluno está matriculado;

» promover palestras, encontros com professores, funcionários, alunos, pais;

» participar da elaboração do projeto político-pedagógico;

» orientar o professor da classe regular quanto às adaptações curriculares no contexto da metodologia, avaliação e temporalidade;

» participar de reuniões mensais com o Integrador de Educação Especial e Diversidade para estudo e orientação técnica referente ao trabalho realizado em SAEDE;

» zelar pela conservação do espaço físico, dos equipamentos e materiais pedagógicos específicos do SAEDE;

» solicitar, por escrito, ao Integrador de Educação Especial e Diversidade, assessoria técnica em educação especial, material específico para as atividades pedagógicas, reavaliação diagnósticas periódicas e outras orientações (SANTA CATARINA, 2009b, p.28).

É possível observar que é esperado que o professor do SAEDE promova articulações sistemáticas com o professor da classe comum, equipe pedagógica da escola regular e família do aluno com deficiência, sempre sob a orientação dos Coordenadores Pedagógicos. Estas articulações poderiam promover intervenções, planejamentos e assessorias para uma participação mais efetiva dos educandos, cada um conforme a sua especificidade.

Mesmo quando o AEE é ofertado em um Centro de AEE, podemos observar que a indicação das atribuições do professor que ali vai atuar também contempla ações de articulação do trabalho pedagógico especializado com a escola regular. Vejamos o que consta na Nota Técnica N° 55 (Brasil, 2013) sobre as atribuições do professor de AEE:



- Participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico dos Centros de AEE, construído em interação com os demais membros da comunidade escolar;
- Elaboração, execução e avaliação do Plano de AEE dos estudantes, por meio da identificação de habilidades e necessidades educacionais específicas dos estudantes, definição e organização de estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Realização do atendimento conforme as necessidades específicas de cada estudante, estabelecendo cronograma e a carga horária, individual ou em pequenos grupos.
- Acompanhamento e avaliação da funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, utilizados pelo estudante, na sala de aula comum e demais ambiente e atividades da escola;
- Planejamento e produção de materiais pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades específicas dos estudantes.
- Articulação com os professores do ensino comum, visando à disponibilização de recursos de apoio necessários à participação e aprendizagem dos estudantes;
- Orientação aos professores e às famílias, sobre a utilização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, pelos estudantes, objetivando ampliar o desenvolvimento de suas habilidades, além de promover sua autonomia e independência (NOTA TÉCNICA N°55/2013, p.5).

Podemos perceber que é previsto que o professor do AEE tenha a mesma relevância que o professor que atua na classe comum, com participação efetiva na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, atendendo necessidades de alunos, com acompanhamento e avaliação de recursos pedagógicos e de acessibilidade. É previsto também que esse professor oriente as famílias e faça articulações com os professores da sala comum para criação de recursos e estratégias que contribuam para a ampliação do desenvolvimento do aluno e promoção de sua autonomia. Tais ações com certeza podem auxiliar os processos de aprendizagem.



### **3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: CONTRIBUIÇÕES DO SAEDE-DM PARA A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL**

As entrevistas realizadas com as coordenadoras pedagógicas do SAEDE-DM em duas APAEs da Grande Florianópolis mostram aspectos da organização e funcionamento desse serviço nesses Centros de AEE<sup>14</sup>.

O contato com as coordenadoras das APAEs foi feito em dezembro de 2015. O critério era que fossem APAEs da Grande Florianópolis. As duas primeiras coordenadoras contactadas concordaram em conceder a entrevista, mesmo sendo no período de encerramento das atividades do ano. Considerando as dificuldades que teria para realizar mais entrevistas naquele momento de encerramento de ano, defini que faria a entrevista com as duas coordenadoras de diferentes instituições.

Com o objetivo de preservar a identidade das duas coordenadoras e da APAE onde cada uma atua, vou identificá-las como coordenadoras do SAEDE-DM da APAE 1<sup>15</sup> e APAE 2<sup>16</sup>.

Na APAE 1, o SAEDE-DM é organizado por turmas, sendo que há três turmas (uma para crianças da educação infantil e duas para o ensino fundamental) atendendo um total de 23 alunos na faixa etária de 5 a 14 anos. O critério para agrupamento nas turmas é a idade. Os atendimentos ocorrem três vezes por semana, com uma duração de 4 horas por dia. Nessas 4 horas, é ofertado atendimento pedagógico (1 ou 2 horas) e outras atividades organizadas pela APAE. Tais atividades podem ser aulas de educação física, informática ou de artes. Os alunos que precisam, têm atendimento com profissionais da equipe técnica, (fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional,

---

<sup>14</sup> O Roteiro das Entrevistas está no Apêndice 1. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) está no Apêndice 2.

<sup>15</sup> A formação da coordenadora da APAE 1 é em Pedagogia - Educação Especial e Séries Iniciais na UFSC. Trabalha na Educação Especial desde 1991. Começou seu trabalho como professora, passando por todas as turmas da APAE, estando na coordenação há 6 anos.

<sup>16</sup> A coordenadora da APAE 2 é pedagoga com Habilitação em Educação Especial, formada na UFSC. Fez especialização em Psicopedagogia e Atendimento Educacional Especializado. Desde que se formou atua na educação especial e há 9 anos como coordenadora pedagógica da APAE.

psicóloga). Portanto, o trabalho pedagógico ofertado nessa APAE no SAEDE-DM totaliza, por semana, de 3 a 6 horas.

Há alunos que frequentam a APAE somente para atendimentos com profissionais da equipe técnica. Nesse caso, não são atendidos pelo SAEDE e sim pelo SAESP – Serviço de Atendimento Especializado<sup>17</sup>, que não tem caráter pedagógico.

A coordenadora enfatiza que não é realizado reforço escolar de conteúdo:

A gente não faz reforço, a gente não trabalha conteúdo da escola. A gente trabalha com jogos, com enigmas, com cruzadinhas, coisas que envolvem o conhecimento científico, mas não da forma habitual como é feita na escola. A gente vai trabalhar um texto, vamos supor, mas não com o objetivo de leitura, a gente vai trabalhar um texto no sentido que eles entendam a mensagem que o texto vai passar.

[...]

A gente adapta uma atividade dentro do contexto escolar, vamos supor, se eles estão fazendo um texto a gente pode trabalhar a interpretação do texto, dentro de uma sequência lógica. Organizar uma sequência lógica e ele fala o que é aquela história, isto é uma interpretação de texto. E a escola talvez não veja assim, a interpretação do texto tem que ler e responder, mas ele poderia responder e a professora ser escreva, então, é este tipo de atividade que a gente procura fazer, a adaptação (APAE 1).

A coordenadora da APAE 2 afirma que

O SAEDE-DM é um atendimento educacional especializado dentro de um centro educacional especializado. Da mesma forma que acontece o

---

<sup>17</sup>SAESP (Serviço de Atendimento Especializado): Segundo a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, “este Serviço tem caráter terapêutico e reabilitatório, será exercido por profissionais das áreas da psicologia, fisioterapia, pedagogia, fonoaudiologia e terapia ocupacional. Organizado pelo poder público, deve ser prestado por intermédio dos Centros de Reabilitação municipais, estadual ou federal e por instituições conveniadas com a FCEE” (SANTA CATARINA, 2009a, p. 29).

AEE na rede regular de ensino ele também acontece dentro da instituição especializada, que no caso é a APAE. Então o papel dela é fundamental, eu diria que ela é muito mais importante para as crianças que tem um comprometimento maior, porque nós só podemos atender as crianças com um comprometimento maior, então além do atendimento especializado do AEE [SAEDE] a gente tem uma equipe multidisciplinar, formada por fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, uma equipe de apoio, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, que dão um aparato muito grande para esta pessoa com deficiência intelectual (APAE 2).

Na APAE 2, o SAEDE-DM também é organizado por turmas, sendo um total de oito turmas, cada uma atendendo em média 11 crianças, faixa etária de 4 a 16 anos. O total de alunos atendidos por esta instituição no SAEDE – DM é em torno de 130. O critério para enturmação é a idade, interesses, maturidade e grau de elaboração de conceitos. De acordo com a coordenadora, “não pode ser um grupo tão heterogêneo, a gente procura fazer grupos que tenham afinidades entre si e que o próprio grupo consiga estar crescendo junto, que se complete que tenha harmonia entre o grupo”.

A coordenadora esclarece que o caráter do trabalho do SAEDE-DM é complementar, não substituindo o trabalho com os conhecimentos científicos que acontece na escola regular. Ela nos informa que tem crianças que vem somente para o pedagógico, que é o maior foco deles. O tempo de atendimento pedagógico depende de cada aluno, pois é dividido também nos atendimentos especializados.

Nessa APAE, os alunos frequentam SAEDE – DM duas vezes por semana, com quatro horas de atendimento cada dia. A coordenadora explica que são criadas estratégias metodológicas para que a criança vá se adaptando ao cotidiano da escola regular, para que permaneçam nesta escola com qualidade. Além do trabalho no SAEDE-DM, a APAE oferece atendimento com profissionais da equipe multidisciplinar. São traçados planos individuais de atendimento para cada criança. Assim, são construídos materiais adaptados às necessidades de cada um.

Pude perceber que o trabalho do SAEDE-DM nestas duas instituições é organizado de forma muito semelhante: a organização dos grupos de crianças, a carga horária de trabalho semanal, a possibilidade

de atendimento multidisciplinar, os materiais utilizados. Considero importante se pensar no tempo destinado ao trabalho pedagógico no SAEDE-DM nestas duas instituições. Embora os alunos frequentem a instituição duas ou três vezes por semana por um período de 4 horas em cada dia, a carga horária de trabalho pedagógico se aproxima à do AEE ofertado na escola regular.

Portanto, do ponto de vista da organização e funcionamento, podemos afirmar que o SAEDE-DM ofertado pelas duas APAES está de acordo com o que está previsto na Nota Técnica nº 55 (Brasil, 2013):

Os Centros de AEE, públicos ou privados, não se configuram como espaços substitutivos à escolarização. Ao contrário, representam alternativa para a reorientação das escolas especiais, promovendo sua participação no processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, contribuindo para o fortalecimento das ações adotadas no contexto da escola de ensino regular.

Outro aspecto importante presente nas respostas das coordenadoras na entrevista é como elas percebem a contribuição do trabalho do SAEDE-DM para a escolarização dos alunos que frequentam o serviço.

A coordenadora da APAE 1 considera que é muito importante a contribuição do SAEDE-DM para a formação de conceitos. Ela afirma que o trabalho na APAE ocorre “de uma forma mais lúdica e mais espontânea, melhora o aprendizado na escola”.

Na APAE 2, a coordenadora afirma:

Nós temos alunos que tem avanços sim, no aprendizado escolar. [...] Muitos dos nossos alunos, por eles terem uma deficiência moderada ou severa, têm mais dificuldades de entender aquele contexto [da escola]. Mas, na avaliação a gente vê que eles tiveram avanços naqueles conteúdos [...] quando eles tiveram professores que apostaram neles, que entenderam as adequações, as adaptações... a gente costuma ir na escola. [...] Quando tem um professor engajado com relação à inclusão, e que consegue adaptar

aquelas atividades, tu percebes avanços. Eu acho que é muito da concepção do professor que esta criança evolui. Sempre tem um ganho sim com relação à autonomia, à independência, a conseguir entender o contexto, a se modificar (APAE 2).

Na narrativa das duas coordenadoras verifica-se que elas percebem avanços significativos nas crianças que frequentam o SAEDE-DM. O trabalho desenvolvido na APAE 1 de uma forma mais lúdica parece que fica mais atrativo também.

Com relação à estrutura das escolas que os alunos do SAEDE-DM frequentam, as coordenadoras apontam tanto aspectos considerados negativos, vistos como obstáculos à escolarização desses alunos, quanto aspectos que demonstram possibilidades de avanço.

Na APAE 1 a coordenadora inicia apontando a falta de capacitação dos professores da escola regular:

as pessoas até se esforçam na rede [de ensino], mas falta capacitação, falta maior empenho do poder público, das secretarias... e recursos pedagógicos. E em alguns lugares estrutura física também. Tem alunos que usam fraldas, não tem lugar adequado pra trocar; alunos que precisam de um “puf” ou de uma cadeira de rodas adequada. A estrutura física deixa muito a desejar e os recursos pedagógicos também. Em alguns casos o que sobra é muita boa vontade no quadro dos professores, os nossos aqui também. Quem trabalha como segundo professor... então eu vejo que caminhou bastante, os resistentes são mais os professores da rede, mas acho que melhorou bastante. Tá caminhado tem que andar bastante ainda, mas tá indo, eu vejo que é um processo que tá caminhado (APAE 1).

A coordenadora da APAE 2 afirma:

Tem professores que não têm estrutura, que não tem material e fazem um trabalho belíssimo. E tem professores que têm todas as condições e não têm o menor interesse. Passa muito pela concepção do professor, as concepções de aprendizado de deficiência. Aquele professor que

não acredita que aquele aluno vai evoluir, não vai propor, não faz nada. Não vai ser uma infraestrutura que vai garantir. Tem escolas que eu vou que tem uma baita infraestrutura, mas não é trabalho inclusivo. E tem escolas menores que às vezes trabalham [na perspectiva inclusiva]. A rede municipal [de ensino] tem uma postura melhor, [...] escolas do Estado têm mais dificuldades e as escolas particulares tem mais dificuldades ainda (APAE 2).

As falas das coordenadoras revelam a mesma visão sobre a estrutura das escolas para viabilizar uma perspectiva inclusiva de educação. Para ambas, ter estrutura não garante uma perspectiva inclusiva, que muitas vezes depende da percepção, da perspectiva do professor da sala de aula.

Nessa mesma direção, Alves (2006, p.9) afirma que:

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos. [...] é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com foco específico nas pessoas ou grupo de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar (ALVES apud FERREIRA, 2011, p.142).

Nas entrevistas, busquei também identificar estratégias de articulação pedagógica entre as APAEs e as escolas regulares.

Na APAE 1, a coordenadora informou que uma das estratégias de articulação é a ida das professoras do SAEDE-DM à escola regular quinzenalmente, para troca de experiências com os professores da sala comum. Quando necessário, a coordenadora também vai à escola, por exemplo, para assessorar nas avaliações do final de ano, ou na decisão se o aluno vai para o ensino médio. Embora esse tipo de decisão seja da escola e da família, a APAE orienta quando é solicitado. Ela salienta que



a APAE tem uma boa articulação com as escolas. Se as escolas chamam a APAE está lá para auxiliar.

Na APAE 2, a coordenadora relata que já foram tentadas várias formas de assessorias, diversas formas de articulação entre a APAE e as escolas regulares, mas que nem sempre deu certo. Houve uma época que a APAE ia até a escola, mas era difícil, pois os profissionais da escola nem sempre estavam disponíveis no momento. Muitas vezes o profissional da APAE ficava lá aguardando o momento de ser recebido e nem sempre isto acontecia. Em outra época, a APAE solicitava que a escola fosse até a instituição. Teve outro momento em que a APAE promovia capacitações:

a gente percebeu que deveria existir uma mudança de postura de concepção dos profissionais. [...] esta questão de articulação é um nó, e todo o ano a gente procura mudar um pouco a dinâmica. Esse ano a gente propôs que as professoras das salas multifuncionais viessem até aqui, pra gente fazer uma troca [de experiências] (APAE 2).

Ela também enfatiza que se há interesse do professor da escola regular em ir até a APAE, eles se colocam à disposição deste profissional: “Ele pode conversar com o fisioterapeuta, com o fonoaudiólogo, e outros serviços que estão à disposição, pois se este profissional sai do seu lugar de trabalho com o interesse é porque ele está engajado, e quer aprender”.

As estratégias de articulação propostas nas duas APAEs em certo sentido se aproximam, pois ambas buscam a troca de experiências com os profissionais da escola regular e se colocam à disposição para recebê-los na instituição.

Por outro lado, atualmente elas são distintas. Enquanto a APAE 1 vai à escola quinzenalmente para troca de experiências e prestação de auxílio, a APAE 2 deixa de ir às escolas, colocando-se à disposição de seus profissionais para troca de experiências e orientações. Tais estratégias nos mostram que as APAEs têm feito um movimento no sentido de propor articulações viáveis com as escolas regulares.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de discutir o papel das instituições especializadas de educação especial, particularmente as APAEs, na implementação da política de educação especial na perspectiva inclusiva para a escolarização de alunos com deficiência intelectual. Para ter a possibilidade de entender melhor esta ação recorri a documentos oficiais nacionais e do estado de Santa Catarina. Para identificar concepções e práticas que contribuem para esta perspectiva realizei entrevistas com duas coordenadoras do Serviço de Atendimento Especializado na Área da Deficiência Mental (SAEDE-DM) em duas APAEs da Grande Florianópolis, tentando entender como se dá a possibilidade de escolarização e inclusão do aluno com deficiência intelectual.

Há muitos questionamentos que perpassaram por toda a minha trajetória na graduação em Pedagogia. As questões que me acompanharam eram na direção de pensar no que a instituição especializada contribui para a escolarização da criança na escola regular de ensino. Como está sendo feita a conexão entre a instituição especializada e a escola regular? Será que estes indivíduos estão se apropriando realmente dos conhecimentos trabalhados na escola regular? E a grande pergunta, que é: Qual o papel das instituições especializadas na Política de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva?

A pesquisa documental mostra que nos documentos oficiais a educação especial é reconhecida desde a Constituição de 1988, que traz referências ao atendimento educacional dos excepcionais. Na atual LDB (1996) é que educação especial dá um grande salto, passando a ser reconhecida como uma modalidade de ensino, ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A pesquisa documental indica também a previsão de que os sistemas educacionais assegurem métodos, currículo, técnicas, professores com especialização capacitados para a integração destes alunos. O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva vem reafirmar a educação como modalidade de ensino com a função de complementar e suplementar a escolarização no ensino regular. Define também o público alvo da educação especial, que são os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Em síntese, o

documento tem o propósito de assegurar a inclusão de todos estes alunos nas escolas de ensino regular.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, realizei também entrevista semi-estruturada com duas coordenadoras de SAEDE-DM de duas APAEs da Grande Florianópolis. Minha intenção com estas entrevistas era saber como acontecem as ações entre a instituição de educação especial e a escola regular.

As entrevistas mostraram que a organização destas instituições é muito semelhante quanto à organização dos grupos de crianças no SAEDE-DM, a carga horária semanal, a oferta de atendimento multidisciplinar, materiais utilizados, e também o tempo de atendimento destinado ao trabalho pedagógico. Os SAEDE-DM são organizados por turmas, com poucas crianças em cada turma, com um atendimento quase que individualizado onde são criadas estratégias metodológicas para que a criança vá se adaptando ao cotidiano da escola regular, com a construção de materiais adaptados a cada necessidade. Às crianças que frequentam o SAEDE-DM, que é um serviço de atendimento complementar à escola regular, também é ofertado atendimento com profissionais da equipe multidisciplinar, denominado SAESP.

Quanto à contribuição do SAEDE para estas crianças as duas coordenadoras afirmam ser de importância significativa. Uma delas diz que quando há um professor engajado com a inclusão se percebe avanços. Fico me perguntando se é preciso que a criança esteja em uma sala em que o professor tenha interesse para poder ter avanços. E a criança que não tem a oportunidade de ter um profissional engajado, como é que fica?

A pesquisa documental mostra também que as duas APAEs oferecem um serviço dentro das exigências e regulamentações previstas tanto na política nacional quanto na estadual. Está previsto uma perspectiva inclusiva, que seria o aluno estar na escola regular. Porém, sabemos que há um número significativo de alunos que estão sendo atendidos nas instituições especializadas. Destes, há os que frequentam escolas do ensino regular, mas ainda há alunos que são atendidos apenas na APAE. Que perspectiva inclusiva é essa, que admite o trabalho na instituição especializada, mesmo reafirmando que deve ser assegurado o acesso à escolarização nas escolas de ensino regular? As instituições especializadas cumprem o que está previsto na política, mas será que contribuem realmente para uma educação na perspectiva inclusiva? Como é que pedagogicamente estas instituições podem ajudar estes alunos no processo de escolarização?

O que pude perceber foi somente pelo prisma da instituição especializada e não pelo da escola regular, devido às condições de tempo para concluir a pesquisa. Portanto, as informações obtidas para discutir o papel das instituições especializadas refletem apenas as concepções e práticas destas instituições. Considero que para enriquecer tal discussão seria fundamental conhecer também o trabalho realizado nas escolas de ensino regular.



## 5 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. BRASÍLIA, DF. 1996.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro. Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. **Lei Nº 4024**, de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L4024.htm). Acesso em: 18 jul. 2014.
- BRASIL. **Lei Nº 5692** de 11 de agosto de 1971- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm). Acesso em 19 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica, nº 055/2013/MEC/SECADI/DPEE**. Disponível em: [http://www.ppd.mpr.mp.br/arquivos/File/NOTATECNICAN055Centro\\_sdeAEE.pdf](http://www.ppd.mpr.mp.br/arquivos/File/NOTATECNICAN055Centro_sdeAEE.pdf). Acesso em: 19 jul. 2014.
- BRASIL, Ministério da Educação/MEC, Secretaria de Educação Especial/SEESP. Política Nacional para a Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192) Acesso em: 21 Abr. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 02**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 02/02/2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federal do Brasil**. Imprensa Oficial, Brasília, DF, 1998.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARNEIRO, Maria Sylvia C. A deficiência intelectual como produção social: reflexões a partir da abordagem histórico-cultural. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37. 2015, Florianópolis. **Anais...**. Florianópolis: ANPED, 2015. p. 1 - 16. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT15-4079.pdf> Acesso em: 24 abr. 2016.

COORDENADORA APAE 1GRANDE FLORIANÓPLOIS. **Entrevista sobre o Serviço de Atendimento Educacional Especializado realizado na APAE**. Florianópolis/SC, 2015, p. 1-2. 30/11 de 2015. Entrevista cedida a Jane Clarice Severo Garcia para fins de pesquisa. Gravador digital.

COORDENADORA APAE 2GRANDE FLORIANÓPLOIS. **Entrevista sobre o Serviço de Atendimento Educacional Especializado realizado na APAE**. Florianópolis/SC, 2015, p. 1-2. 01/12 de 2015. Entrevista cedida a Jane Clarice Severo Garcia para fins de pesquisa. Gravador digital.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Da Educação Especial. In: MELETTI, Silvia Márcia Ferreira, BUENO, José Geraldo Silveira. (Orgs) **Políticas Públicas, Escolarização de Alunos com Deficiência e a Pesquisa Educacional**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

FERREIRA, Simone de Mamann. **Análise da Política do Estado de Santa Catarina para a Educação Especial por Intermédio dos Serviços: o velho travestido de novo?** 2011. Fls.246. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC. Santa Catarina. 2011.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. **Documento orientador da educação especial na rede municipal de ensino**. Florianópolis, 2007. Disponível em: [http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04\\_02\\_2010\\_17.44.19.3f30068a0d94e56ab4a18a5a8bb57f68.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2010_17.44.19.3f30068a0d94e56ab4a18a5a8bb57f68.pdf). Acesso em: 14/01/2016.

JANNUZZI, Gilberta de Martinho, CAIADO, Katia Regina Moreno. **APAE: 1954 a2011: algumas reflexões**. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

KASSAR, Mônica de Carvalho. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.



MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: **História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELETTI, S. M. F. APAE educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31.2008 Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu/MG: ANPED, 2008. p. 1 - 16. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT15-4852--Int.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SANTA CATARINA, Secretaria do Estado da Educação/Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina**. 2009a. São José/SC. Disponível em: <[http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=45&Itemid=91](http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=91)>. Acesso em: 15 março de 2016.

SANTA CATARINA, Secretaria do Estado da Educação/Fundação Catarinense de Educação Especial. **Programa Pedagógico**. São José, SC: FCEE, 2009b. Disponível em: [http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=445](http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=445). Acesso em: 15 março 2016.



## APÊNDICES

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário/a, da pesquisa para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da UFSC intitulado: Qual o papel das Instituições Especializadas na Política de Educação Especial em uma perspectiva Inclusiva no âmbito da Educação dos Anos Iniciais? A pesquisadora responsável é Jane Clarice Severo Garcia, com orientação da Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Maria Sylvia Cardoso Carneiro, da Universidade Federal de Santa Catarina. O presente trabalho tem por objetivo analisar o papel das instituições especializadas na política de educação especial de perspectiva inclusiva para inserção de indivíduos com deficiência intelectual e autismo na escola de ensino regular.

Concordo que minha participação se constituirá em uma entrevista, a ser gravada em áudio, com fornecimento de dados sobre o SAEDE-DM e outras questões sobre a APAE.

Compreendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa, e que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, assegurando, assim, minha privacidade. Sei que posso retirar meu consentimento quando eu quiser, e que não receberei nenhum pagamento por essa participação.

Nome e Assinatura:

Local e data:

**Roteiro de entrevista realizada com as coordenadoras responsáveis pelo SAEDE-EM em APAEs da Grande Florianópolis.**

- 1- O objetivo desta entrevista é de averiguar como se constitui o SAEDE DM nas APAEs da Grande Florianópolis, Santa Catarina. Qual é a contribuição desta instituição para o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência na escola regular?
- 2- Com é organizado, e qual o objetivo do SAEDE?
- 3- Quantas turmas de SAEDE há na APAE?
- 4- Número total e por turmas de crianças que frequentam o SAEDE?
- 5- Quais são os diagnósticos destas crianças?
- 6- Quantos meninos e meninas e qual é a faixa etária?
- 7- Como estas crianças estão enturmadas? Por idade? Por deficiência?
- 8- Quais materiais usados no SAEDE?
- 9- O SAEDE tem a ação complementar à escola regular? Se for como se dá estação?
- 10- Qual o tempo de atendimento? Quantos dias na semana?
- 11- As crianças que frequentam o SAEDE têm outros atendimentos na APAE? E quais os tipos de atendimento?
- 12- Qual a formação dos professores? E a forma de contratação – efetivos? ACT? Se estes professores são cedidos pelo Estado ou Prefeitura? E qual é o número de professores?
- 13- Como você vê a contribuição do trabalho do SAEDE-DM para a escolarização dos alunos que frequentam? Se é percebido avanço no processo de aprendizagem da criança na escola?
- 14- Como é feita a articulação do SAEDE com a escola regular?
- 15- Existe algum aluno que já passou pela escola regular e pela APAE, mas não se adaptou na escola regular preferindo a APAE? Ou vice versa?
- 16- Os alunos que frequentam o SAEDE se relacionam com aqueles que frequentam somente a APAE?
- 17- Como você vê o trabalho das escolas onde estas crianças estão matriculadas? Sua estrutura física e os recursos pedagógicos?